

Relator manterá prazos mesmo se houver recesso

O encerramento da CPI do Orçamento não será prejudicado, mesmo que o Congresso mantenha o recesso de fim de ano. Essa é a opinião do relator-geral, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), que já marcou para o próximo dia 12 a leitura do relatório para que seja votado dois dias depois. Somente hoje as mesas do Senado e da Câmara definirão a suspensão do recesso.

Magalhães esclareceu que a CPI depende da confirmação do Congresso, pois a comissão precisa de garantias de infra-estrutura para poder continuar trabalhando mesmo com o recesso, como taquigrafia, som etc. "Se pudermos trabalhar, mesmo com o recesso, não haverá problemas", garantiu Magalhães.

Pelo cronograma do relator, as subcomissões deverão entregar-lhe os relatórios setoriais no dia 6 de janeiro. A leitura do relatório final será feita no dia 12, a partir do qual será aberto o prazo de 24 horas para vistas. Com a votação no dia 14, a CPI terá quatro dias de prazo até o seu encerramento — 17 de janeiro — para solucionar algum eventual problema.

"É uma reserva técnica", disse ele, esclarecendo que as 24 horas para vistas são dados sempre nos últimos dez dias antes do fim dos trabalhos.

Atraso — A CPI recebeu ontem mais um golpe contra o seu restrito tempo disponível. O deputado João de Deus (PPR-RS) pediu adiamento de seu depoimento, que estava marcado para hoje cedo, e o presidente da Comissão, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), decidiu cancelar sua apresentação. "Caso ele queira apresentar provas, que o faça à subcomissão. Foi ele quem pediu para ser ouvido em plenário, apesar de a subcomissão que o ouviu anteriormente já ter provas

irrefutáveis contra ele", afirmou Passarinho.

A CPI decidiu, também, aceitar as ponderações do deputado Flávio Derzi (PP-MS), que solicitou ser ouvido às 20h30 de hoje alegando que sua sogra seria operada. Para não perder o dia, a ponderação foi acatada. A parte da manhã foi, então destinada à apresentação do vídeo de duas horas e meia do depoimento que Paulo César Farias prestou ontem na prisão.

Um dos parlamentares que participou do depoimento acha que PC não deverá ser convocado, pois usou todo o tempo de ontem para fazer sua defesa, o que poderia ser repetido em plenário. "Seu depoimento tumultuaria os trabalhos da CPI", informou esse parlamentar.

Mas para apressar os trabalhos da CPI, a Mesa está analisando a proposta do senador José Paulo Bisol (PSB-RS). Segundo ele, todos os acusados e mencionados no processo deveriam ser ouvidos. De acordo com a proposta de Bisol, cada sessão de depoimento seria presidida por cada um dos membros da Mesa, transformando a CPI em três mesas de plenário.

Punições — O relator Roberto Magalhães explicou que caso os parlamentares renunciem antes de serem punidos, o Congresso poderá utilizar-se do recurso de elaborar uma emenda à Constituição para que o artifício seja abortado, como pretendeu o ex-presidente Fernando Collor.

Segundo ele, porém, caso o Supremo Tribunal Federal (STF) não acate o mandado de segurança de Collor, na próxima quinta-feira, fica formada jurisprudência para que as punições ocorram mesmo após as renúncias.